

# recur sos

*Luiz Fernando  
Valladão Nogueira*

# e proc edime ntos

*nos tribunais  
no código de processo civil*

*5ª edição*



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2019, Luiz Fernando Valladão Nogueira.

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Editor**  
*Tales Leon de Marco*

**Produtora Editorial**  
*Bárbara Rodrigues*

**Capa, projeto gráfico**  
*Leticia Robini*

**Diagramação**  
*Bárbara Rodrigues*  
*Enzo Zaqueu Prates*

**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 31 3261 2801  
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,  
por quaisquer meios, sem a autorização prévia  
do Grupo D'Plácido.

**Catálogo na Publicação (CIP)**  
**Ficha catalográfica**

NOGUEIRA, Luiz Fernando Valladão.

Recursos e procedimentos nos tribunais no código de processo civil -- 5 ed.  
rev. ampl. -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-80444-05-2

1. Direito. 2. Processo Civil. I. Título. II. Luiz Fernando Valladão Nogueira

CDU347.9

CDD340

GRUPO  
**D'PLÁCIDO**



\*  
**Rodapé**



**SUMÁRIO**

<b>1. OS PRINCÍPIOS E AS DEMAIS FONTES DO DIREITO</b>	<b>17</b>
1.1. Conceitos Gerais.....	17
1.2. Princípios Adotados pelo Novo CPC.....	19
1.3. Princípios adotados pelo NCPC, quanto aos Recursos e Procedimentos nos Tribunais.....	36
<b>2. TEORIA GERAL DOS RECURSOS</b>	<b>43</b>
2.1. Conceito.....	43
2.2. Atos sujeitos a recursos.....	44
2.2.1. Os atos processuais.....	44
2.2.2. Os atos judiciais.....	45
2.2.3. Atos judiciais sujeitos a recursos.....	48
2.3. Classificação dos recursos quanto à finalidade.....	51
2.4. O juízo de admissibilidade e o juízo de mérito.....	52
2.4.1. Admissibilidade do recurso.....	52
2.4.2. Juízo de mérito.....	57
2.5. Pressupostos de admissibilidade.....	58
2.5.1. Legitimidade recursal.....	59
2.5.2. Interesse recursal.....	66
2.5.3. Tempestividade.....	68
2.5.4. Adequação.....	72
2.5.5. Regularidade formal.....	74
2.5.6. Preparo.....	75
2.6. Sucumbência Recursal.....	78
2.7. Os Efeitos dos Recursos. obtenção excepcional do efeito suspensivo e da antecipação da tutela recursal.....	81

2.8. Recurso Adesivo.....	87
2.9. Recurso: Desistência e Renúncia.....	89
2.10. Recurso: Alcance da Decisão e o Litisconsórcio.....	91
2.11. Técnica de Julgamento nas Hipóteses de Divergência.....	92

### **3. APELAÇÃO** **99**

---

3.1. Conceito e Adequação.....	99
3.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade na Apelação.....	100
3.2.1. Tempestividade.....	100
3.2.2. Regularidade formal.....	100
3.3. Efeitos da Apelação.....	100
3.3.1. Efeito suspensivo.....	100
3.3.2. Efeito devolutivo.....	105
3.4. Processamento da Apelação.....	109
3.4.1. Procedimento em 1ª instância.....	109
3.4.2. Procedimento em 2ª instância.....	110
3.4.3. Obtenção excepcional de efeito suspensivo e antecipação da tutela recursal na apelação.....	111

### **4. AGRAVO DE INSTRUMENTO** **113**

---

4.1. Conceito e Adequação (hipóteses de cabimento do Agravo de Instrumento – Art. 1015 NCPC).....	113
4.1.1. Mandado de segurança contra decisão interlocutória – Limitação após posicionamento do STJ sobre o art. 1015 CPC.....	125
4.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade do Agravo.....	127
4.2.1. Tempestividade.....	127
4.2.2. Regularidade formal.....	127
4.3. Efeitos e Procedimento do Agravo de Instrumento.....	128
4.3.1. Efeitos – devolutivo/translativo e suspensivo.....	128
4.3.2. Procedimento.....	133
4.3.2.1. Juízo de Retratação.....	134
4.3.2.2. Recorribilidade da decisão sobre efeito suspensivo ou antecipação da tutela recursal.....	135

### **5. AGRAVO INTERNO** **137**

---

5.1. Conceito e Adequação.....	137
5.1.1. Julgamentos colegiados.....	137
5.1.2. Finalidade do agravo interno e a decisão monocrática.....	138

5.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade.....	138
5.2.1. Tempestividade.....	138
5.2.2. Regularidade formal.....	138
5.3. Efeitos e Procedimento do Agravo Interno.....	139
5.3.1. Efeitos.....	139
5.3.2. Procedimento.....	139
<b>6. EMBARGOS DECLARATÓRIOS</b> .....	<b>143</b>
6.1. Conceito e Adequação – omissão, obscuridade, contradição e erro material.....	143
6.1.1. Conceito e justificativa dos embargos declaratórios.....	143
6.1.2. Cabimento –“Qualquer decisão judicial”.....	146
6.2. Alguns Pressupostos de Admissibilidade.....	147
6.2.1. Tempestividade.....	147
6.2.2. Regularidade formal.....	147
6.2.3. Inexigibilidade de preparo.....	147
6.3. Efeitos dos Embargos Declaratórios.....	147
6.3.1. Efeitos.....	147
6.3.2. Obtenção excepcional do efeito suspensivo.....	148
6.4. O Efeito Modificativo ou Infringente.....	148
6.5. Efeito Interruptivo do Prazo a Outros Recursos e Embargos Protelatórios.....	149
6.5.1. Interrupção do prazo.....	149
6.5.2. Multa e intuito manifestamente protelatório.....	151
6.6. Os Embargos Declaratórios e a Reiteração do Recurso já Interposto.....	151
6.7. O Procedimento dos Embargos Declaratórios.....	152
<b>7. RECURSO ORDINÁRIO</b> .....	<b>155</b>
7.1. Conceito, Adequação e Prazo.....	155
7.2. Efeitos e Procedimento.....	156
<b>8. RECURSO ESPECIAL</b> .....	<b>159</b>
8.1. Conceito, Adequação e Prazo.....	159
8.2. Pressupostos Específicos de Admissibilidade – Matéria Jurídica, Prequestionamento e Esgotamento das Instâncias Ordinárias. Nova Flexibilização.....	160
8.2.1. Pressupostos específicos de admissibilidade.....	160

8.2.2. Afastamento da jurisprudência defensiva – Atenuação no rigor dos pressupostos de admissibilidade.....	161
8.2.3. Flexibilização do prequestionamento.....	164
8.2.4. Fungibilidade entre recurso especial e recurso extraordinário.....	168
8.3. Regularidade Formal.....	170
8.4. Efeitos do Recurso Especial.....	171
8.4.1. Efeitos.....	171
8.4.2. Efeito translativo.....	171
8.4.3. Obtenção excepcional de efeito suspensivo.....	173
8.4.4. Obtenção excepcional da antecipação da tutela recursal.....	175
8.5. Procedimento.....	176
<b>9. RECURSO EXTRAORDINÁRIO</b>	<b>179</b>
9.1. Conceito e Adequação.....	179
9.2. Repercussão Geral e Demais Pressupostos.....	180
9.3. Recurso Extraordinário e Julgamento com Modulação.....	182
<b>10. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA</b>	<b>183</b>
10.1. Conceito, Adequação e Prazo.....	183
10.2. Efeitos, Regularidade Formal e Procedimento.....	184
<b>11. INCIDENTES E PROCEDIMENTOS DE UNIFORMIZAÇÃO NOS TRIBUNAIS: ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA, INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS, INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE E RECURSOS ESPECIAL/ EXTRAORDINÁRIO REPETITIVOS</b>	<b>187</b>
11.1. Princípio da Estabilidade da Jurisprudência e Algumas Especificidades.....	187
11.2. Assunção de Competência.....	189
11.2.1. Cabimento.....	189
11.2.2. Vinculação.....	190
11.2.3. Procedimento.....	190
11.3. Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva.....	191
11.3.1. Cabimento.....	191
11.3.2. Procedimento e vinculação.....	192
11.4. Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.....	193
11.4.1. Cláusula de reserva de plenário.....	193
11.4.2. Procedimento e vinculação.....	194

11.5. Os Recursos Especial e Extraordinários Repetitivos.....	196
<b>12. RECLAMAÇÃO</b>	<b>199</b>
12.1. Natureza Jurídica.....	199
12.2. Reclamação antes do NCPC.....	199
12.3 Cabimento.....	202
12.3.1. Preservação da Competência.....	203
12.3.2. Preservação da Autoridade das Decisões.....	204
12.3.3. Observância de Súmula Vinculante e Decisão em Controle Concentrado de Constitucionalidade.....	205
12.3.4. Observância de Decisão em IRDR e Assunção de Competência.....	208
12.3.5. Observância das Decisões em RE e REsp repetitivos e com Repercussão Geral reconhecida.....	209
12.3.6. Situação específica das Turmas Recursais.....	212
12.4. Legitimidade.....	214
12.5. Procedimento.....	215
12.6. Prazo.....	218
12.7. Coexistência com Recurso.....	219
12.8. Recursos Cabíveis.....	220
12.9. Conclusão.....	220
<b>13. A AÇÃO RESCISÓRIA</b>	<b>221</b>
13.1. A Coisa Julgada.....	221
13.1.1. Relevância e conceito.....	221
13.1.2. Coisa julgada material e formal. Preclusão. Distinções relevantes.....	226
13.1.2.1. Coisa Julgada Formal.....	226
13.1.2.2. Preclusão.....	227
13.1.3. Coisa julgada e sua eficácia. Rediscussão vedada. A relativização.....	229
13.1.4. A coisa julgada e os atos judiciais. Sentença, acórdão, decisão monocrática e decisão interlocutória de mérito.....	233
13.1.5. Os limites objetivos da coisa julgada.....	235
13.1.6. Os limites subjetivos da coisa julgada.....	236
13.2. Ação Rescisória. Conceito e Cabimento.....	239
13.2.1. Conceito.....	239
13.2.2. Cabimento.....	241
13.3. Ação Rescisória e Competência.....	247

13.4. Ação Rescisória e a Sentença dada por Prevaricação, Concussão ou Corrupção do Juiz.....	253
13.5. Rescisória e Juiz Impedido ou Absolutamente Incompetente.....	255
13.6. Rescisória e as Hipóteses de Dolo, Coação, Simulação e Colusão.....	257
13.7. Rescisória e a Ofensa à Coisa Julgada.....	261
13.8. Rescisória e a Decisão que “Violar Manifestamente Norma Jurídica”.....	264
13.9. A Rescisória e a Falsidade da Prova.....	268
13.10. A “Prova Nova” e a Rescisória.....	271
13.11. A Rescisória e o “Erro de Fato”.....	274
13.12. As Partes na Ação Rescisória.....	277
13.13. A Petição Inicial da Ação Rescisória.....	282
13.14. O Processamento da Ação Rescisória.....	286
13.15. O Julgamento da Ação Rescisória.....	288
13.16. O Trânsito em Julgado e o Prazo Decadencial.....	291
13.17. Efeito Suspensivo e a Ação Rescisória.....	297
13.18. Institutos Similares: Ação Anulatória (Art. 966 §4º NCPC) e a Querela Nullitatis.....	303
13.18.1. Ação anulatória.....	303
13.18.2. Ação querela nullitatis.....	307

## **14. REMESSA NECESSÁRIA. ASPECTOS RELEVANTES E ALTERAÇÕES DO CPC/15** **311**

14.1. Conceito e justificativa. Princípios. Duplo grau de jurisdição e a fazenda pública.....	311
14.2. Base legal e atos judiciais sujeitos à remessa necessária.....	312
14.3. Hipóteses de cabimento. Interpretação analógica X restritiva. Hipóteses de dispensa (aspectos qualitativo e quantitativo).....	317
14.4. Limites do efeito devolutivo na remessa necessária.....	323
14.5. Especificidades derradeiras e conclusão.....	324

## **15. SUSTENTAÇÃO ORAL** **327**

15.1. Considerações Iniciais.....	327
15.2. As Hipóteses de Cabimento de Sustentação Oral. Normatização do Tema.....	327



15.3. O Conteúdo da Sustentação Oral.....	330
15.4. Postura e Procedimento:	
o Advogado e a Sustentação Oral.....	333
15.4.1. Princípios a serem observados.....	333
15.4.2. Etapas e critérios.....	334
15.4.3. Erro material no voto proferido e sua imediata arguição pelo orador. Arguição posterior por embargos declaratórios.....	336
15.5. Conclusão.....	336

**REFERÊNCIAS****339**

---